



A CONSULTORIA COLABORATIVA ENTRE TERAPEUTAS OCUPACIONAIS E PROFESSORES NO ATENDIMENTO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS

THE COLLABORATIVE CONSULTANCY BETWEEN OCCUPATIONAL THERAPISTS AND TEACHERS IN THE ATTENDANCE OF STUDENTS WITH SPECIFIC NEEDS

Mariangela Dias Alves [mariangelacontato@hotmail.com] ¹

¹IFRJ/CReal – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – Campus Realengo – Discente Bacharelado em Terapia Ocupacional

RESUMO

A inclusão escolar ainda é um processo e esbarra em diferentes barreiras para que o aluno com alguma necessidade específica realmente se desenvolva, apesar da legislação garantir esse direito. As necessidades específicas exigem um olhar de diferentes áreas para favorecer o desempenho das atividades que envolvem o cotidiano escolar e o terapeuta ocupacional, sendo um profissional da área da saúde, que estuda o fazer humano, pode ser importante no trabalho em conjunto com o professor. Esse trabalho pode se dar na forma de uma consultoria colaborativa. Pensando nisso, esse artigo consiste em uma revisão bibliográfica, onde se buscou estudos nas plataformas BVS, Portal Capes, SciELO, Revista de Educação Especial e Google Acadêmico, que abordassem a atuação do terapeuta ocupacional com o professor, com o objetivo de compreender como se dá essa atuação. Nove artigos atenderam os critérios de inclusão. A partir desses estudos foi possível observar que as necessidades específicas dos alunos são múltiplas e, as estratégias que terapeutas ocupacionais mais têm lançado mão são os recursos de tecnologia assistiva. As pesquisas descrevem resultados promissores para a intervenção do terapeuta ocupacional com o professor dentro do contexto escolar.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia Ocupacional; Consultoria Colaborativa; Inclusão Escolar; Escola; Professor.

ABSTRACT

School inclusion is still a process, and it comes up against different barriers so that the student with some specific need really develops, although the legislation guarantees this right. The specific needs require a look from different areas to favor the performance of the activities that involve the daily school life. In this way, the occupational therapist, a health professional, who studies human doing, can be important in working together with the teacher. This work can take the form of a collaborative consulting. Thinking about this, this article consists of a bibliographical review, where literature was searched for studies that deal with the work of the occupational therapist with the teacher. From these studies it was possible to observe that the specific needs of the students are multiple and the strategy that most occupational therapists have adopted are the assistive technology resources. The surveys describe positive results for the intervention of the occupational therapist with the teacher within the school context.

KEYWORDS: Occupational Therapy; Collaborative Consulting; School Inclusion; School; Teacher

ISSN: 2594-5890 pp:

INTRODUÇÃO

A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994), é um marco quando se fala em Políticas Públicas sobre inclusão escolar. Desde então, o contexto teórico da educação inclusiva traz diversas legislações que asseguram o direito do aluno com necessidades específicas (NE) dentro das escolas regulares. Define-se que é necessário não só garantir o acesso, mas também as condições necessárias para que o aluno possa permanecer e se desenvolver (BRASIL, 2001; BRASIL, 2015; BRASIL, 2018). Embora a evolução do arcabouço legal seja um avanço na garantia de direitos dos alunos com NE, ainda existem desafios para que a educação inclusiva se concretize e se dê de forma satisfatória. É necessário considerar que apenas a matrícula e presença em sala de aula comum do educando com NE, não significa um bom processo de aprendizagem e de socialização (JURDI; AMIRALIAN, 2006; ROCHA; LUIZ; ZULIAN, 2003). Ainda é preciso avançar nesses desafios dos contextos práticos para a efetivação das legislações. Algumas questões recorrentes apontadas pela literatura são as barreiras arquitetônicas, barreiras atitudinais, falta de recursos, assim como a dificuldade dos professores no uso desses recursos (TOYODA; MENDES; LOURENÇO; AKASHI, 2007; CALHEIROS; MENDES, 2016).

O ambiente escolar é de extrema importância e, significativo no desenvolvimento da criança. As diferentes barreiras que se colocam nesse ambiente para atender as necessidades específicas do aluno podem impactar na autonomia e independência do indivíduo, de forma que haja dificuldades no desempenho das atividades e na participação social (BALEOTTI; ZAFANI, 2017).

É de extrema importância que a gestão pública nos níveis municipal, estadual e federal, assim como toda comunidade escolar crie estratégias e cenários reais para aprendizagem e socialização de alunos com NE. Pensando nisso, para atender essa clientela, se faz necessário uma rede de apoio que possa se articular para trocas, discussão e resolução de problemas, por meio do compartilhamento de conhecimentos adequados. Profissionais da saúde podem ser parceiros na construção desse trabalho colaborativo, em que se façam reais as estratégias de inclusão, de forma que professores e alunos tenham um desempenho satisfatório dos seus papéis ocupacionais (PLOTEGHER; EMMEL; CRUZ, 2013; PELOSI; NUNES, 2011; BALEOTTI; ZAFANI, 2017).

Um desses profissionais da saúde que podem se articular com a escola é o terapeuta ocupacional. O Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional publicou, em 2018, a Resolução Nº 500 (COFFITO, 2018), reconhecendo a especialidade da Terapia Ocupacional no Contexto Escolar. Além disso, no corpo dos conhecimentos específicos da Terapia Ocupacional, estuda-se a ocupação humana e as atividades que se desenvolvem nos contextos dessas ocupações, assim como, as diferentes limitações que algumas condições de saúde podem levar na realização dessas atividades. Dessa forma, esse profissional pode fazer uso de recursos e estratégias que auxiliem o aluno com NE e, o professor, no processo de ensino aprendizagem, permitindo melhores condições no acesso e permanência em salas de aula comuns (CAVALCANTI; DUTRA; ELUI, 2015). Porém, é preciso observar que essa intervenção é diferente do contexto clínico. É necessário que o profissional se atente as interações do ambiente físico e social, que irão favorecer a participação do aluno com NE (BALEOTTI; ZAFANI, 2017).

Dentre a literatura que trata da atuação do terapeuta ocupacional no campo da educação inclusiva, há uma diversidade de condições de saúde que se apresentam nas salas de aula comuns, como: deficiência física (não especificada), Transtorno do Espectro Autista, Paralisia Cerebral, Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), Baixa Visão, Deficiência Intelectual, Síndrome de Down, múltiplas deficiências e Acidente Vascular Encefálico

(TOYODA; MENDES; LOURENÇO, 2007; GEBRAEL; MARTINEZ, 2011; PELOSI; NUNES, 2011; ; BARBA; MINATEL, 2013; PLOTEGHER; EMMEL; CRUZ, 2013; SANTOS; MARQUES; ROCHA, 2015; CALHEIROS; MENDES, 2016; FOLHA; MONTEIRO, 2017; BALEOTTI; ZAFANI, 2017). Por isso que, no desempenho do aluno com NE, o terapeuta ocupacional precisa levar em conta a capacidade e potências do indivíduo, as demandas que as atividades que fazem parte do papel ocupacional de estudante exigem e, fatores que se mostram barreiras para uma participação satisfatória (SANTOS; MARQUES; ROCHA, 2015).

A atuação do terapeuta ocupacional no contexto escolar pode se dar pela Consultoria Colaborativa. Nesse tipo de abordagem, o profissional no papel de consultor é um facilitador na resolução de problemas. É preciso trabalhar em parceria, com relações horizontais e igualitárias, de modo a definir objetivos de curto e longo prazo, a partir das demandas apresentadas. As ações da Consultoria Colaborativa devem envolver toda comunidade escolar, o aluno com NE e familiares, para que juntos se discutam sobre os objetivos e, se pensem em estratégias de intervenções possíveis na resolução de problemas que envolvem a inclusão escolar do educando com NE. Essas ações podem ser classificadas como direta, quando se dão com o aluno e/ou indireta, quando se dão com familiares e comunidade escolar (TREVISAN; BARBA, 2012; BARBA; MINATEL, 2013; FOLHA; MONTEIRO, 2017).

O terapeuta ocupacional deve ser capaz de se articular com toda comunidade escolar, no planejamento de ações e orientações para atender as demandas individuais dos alunos com NE, assim como, conscientizar sobre a necessidade de deixar de lado barreiras físicas e atitudinais para uma inclusão real e possível. Só a partir do redimensionamento das práticas e desenvolvimento de novas posturas no ambiente escolar que se pode avançar na inclusão de pessoas com deficiência (BARBA; MINATEL, 2013). A partir da prática da Consultoria Colaborativa, é possível criar diálogos, oferecer maior suporte aos professores, pais e alunos, assim como, promover uma educação de mais qualidade (FOLHA; MONTEIRO, 2017).

Percebe-se como a atuação de terapeutas ocupacionais pode ser enriquecedora no contexto da educação inclusiva. Levando em conta o trabalho colaborativo com o professor, é de extrema importância que se crie vínculo entre os dois profissionais. Geralmente isso se dá quando o terapeuta ocupacional constrói, junto ao docente, ações a partir das dificuldades que ele vivencia no cotidiano escolar. Esse trabalho em conjunto gera troca de experiências e apoio mútuo, de forma a construir intervenções que tragam resultados positivos para o desenvolvimento do aluno com NE (BALEOTTI; ZAFANI, 2017; FOLHA; MONTEIRO, 2017).

Pensando na importância que se destacou acima do trabalho em conjunto do professor com o terapeuta ocupacional, esse artigo tem por objetivo responder a seguinte pergunta: Como se desenvolvem as ações do terapeuta ocupacional em apoio ao professor para trabalhar com alunos com necessidades específicas mais prevalentes no ensino regular? A partir desse questionamento buscou-se identificar na literatura quais as necessidades específicas mais prevalentes em salas de aula comuns e, descrever as intervenções utilizadas por terapeutas ocupacionais.

METODOLOGIA

O artigo consiste em uma revisão de literatura sobre a atuação de terapeutas ocupacionais com professores. Para isso realizou-se um levantamento bibliográfico a partir das seguintes palavras – chave: Terapia Ocupacional; Consultoria Colaborativa; Inclusão Escolar; Professor; Escola.

Algumas combinações com as palavras – chave foram feitas para se realizar a busca: Combinação 1 – Terapia Ocupacional; Consultoria Colaborativa; Inclusão Escolar;

Combinação 2 – Terapia Ocupacional; Consultoria Colaborativa; Escola; Combinação 3 – Terapia Ocupacional; Consultoria Colaborativa; Professor; Combinação 4 – Terapia Ocupacional; Escola; Inclusão Escolar. Utilizou-se o operador boleano *and* nas combinações.

Além disso, os critérios de seleção foram: idioma português, apenas textos em forma de artigo, artigos disponíveis na íntegra, artigos que não fossem de revisão e, que a intervenção do terapeuta ocupacional fosse com o professor. Para isso, foi necessário a leitura de título e resumo dos artigos. Não foi usado nenhum recorte temporal nas buscas.

Ao final das buscas, 9 artigos foram selecionados e, irão compor os resultados. Além disso, outros artigos encontrados nas buscas, que não atenderam aos critérios de seleção, mas tinham aproximação com o tema, fizeram parte da literatura de apoio, assim como, materiais já arquivados anteriormente a esse estudo e que tinham relação com essa revisão.

Após leitura do texto integral, foi feito fichamento dos artigos, de forma a auxiliar na construção do texto final. Os resultados irão apresentar as necessidades específicas mais prevalentes desses estudos e, as intervenções utilizadas pelo terapeuta ocupacional junto ao professor. Buscou-se trazer os resultados a partir de intervenções que se fizessem comuns entre eles.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir das combinações das palavras-chave, foi possível selecionar os artigos revisados e, os resultados estão apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 1: RESULTADOS DAS COMBINAÇÕES DAS PALAVRAS- CHAVE

	Combinação 1	Combinação 2	Combinação 3	Combinação 4	TOTAL (após exclusões)
Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)	3	3	1	14	5
Portal de Periódicos da CAPES	4	3	1	64	1
SciELO	0	0	1	2	0
Revista de Educação Especial	0	0	0	5	0
Google acadêmico Até a página 2: 20	3	0	0	0	3

Ao todo 181 artigos foram encontrados. Desse quantitativo, 172 foram excluídos por serem repetidos e não atenderem aos critérios de seleção determinados.

A partir da leitura dos artigos compilados, pode-se perceber diversas condições de saúde e necessidades específicas presentes nas escolas regulares. O quadro 2 a seguir irá mostrar esses resultados:

QUADRO 2: CONDIÇÕES DE SAÚDE E/OU NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS ESTUDOS

NOME DO ARTIGO	AUTOR (ES); ANO DE PUBLICAÇÃO	CONDIÇÃO DE SAÚDE E/OU NECESSIDADES ESPECÍFICAS DO(S) ALUNO(S)	
O contexto multidisciplinar da prática da Terapia Ocupacional gente ao paradigma da inclusão escola.	TOYODA, C. Y.; MENDES, E. G.; LOURENÇO, G. F. AKASHI, L. T.; 2007	Alunos com deficiência física (não especifica qual (is))	
Consultoria colaborativa em terapia ocupacional para professores de crianças préescolares com baixa visão	GEBRAEL, T. L. R.; MARTINEZ, C. M. S.; 2011.	Alunos com Baixa Visão.	
A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva.	PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. D. P.; 2011	Alunos com Paralisia Cerebral.	
Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de crianças com autismo	BARBA, P. C. S. D.; MINATEL, M. M.; 2013.	Alunos com autismo	
Utilização de dispositivos assistivos por alunos com deficiência em escolas públicas.	PLOTEGHER, C. B.; EMMEL, M. L. G.; CRUZ, D. M. C.; 2013	Alunos com Paralisia Cerebral, Múltiplas Deficiências, Deficiência Intelectual, Síndrome de Down e Acidente Vascular Encefálico	
Percepção de professores sobre o trabalho colaborativo entre profissionais da saúde e educação no contexto escolar.	SANTOS, C. B.; MARQUES, M. L. C.; ROCHA, A. N. D.; 2015	Alunos com deficiência física (não especifica qual (is))	
Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professores	CALHEIROS, D. S.; MENDES, E. G.; 2016.	Alunos com Paralisia Cerebral	
Terapia ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem	FOLHA, D. R. S.C.; MONTEIRO, G. S.; 2017.	Aluno com Paralisia Cerebral, Aluno com TDAH e, alunos sem diagnóstico com necessidades na coordenação motora fina, linguagem, compreensão de regras, atenção, interação e afetivamente dependente do professor	
Terapia ocupacional e tecnologia assistiva: reflexões sobre a experiência em consultoria colaborativa escolar	BALEOTTI, L. R.; ZAFANI, M. D.; 2017.	Alunos com deficiência física (não especifica qual (is))	

A partir do quadro, pode-se observar que, a deficiência física (não especificada) e a Paralisia Cerebral, atualmente com nova nomenclatura Encefalopatia Crônica da Infância, são as questões de saúde que mais se mostraram prevalentes no trabalho colaborativo do terapeuta ocupacional com o professor dentro do universo estudado. Uma hipótese possível seria que, geralmente a deficiência física é uma questão que se consegue identificar mais rapidamente no contato com o aluno. Já outros tipos de necessidades podem exigir um período maior de contato com o educando e, ser identificado no decorrer do cotidiano escolar.

Dentro dos currículos dos cursos de Terapia Ocupacional há o estudo da anatomia, patologia e como ela pode interferir no desempenho das atividades. Esse profissional parte de conhecimentos e habilidades voltados para o fazer humano e, tem um olhar para analisar e avaliar de que forma é possível minimizar os entraves para inclusão e aprendizagem do aluno. Dessa forma, no contexto de uma deficiência de ordem física, a articulação da educação e saúde se faz essencial, ainda mais quando se fizer necessário o uso de adaptações e recursos de Tecnologia Assistiva (TA) (FOLHA; MONTEIRO, 2017; COFITTO, 2018).

Em consequência do que foi discutido anteriormente, pode-se observar que o tipo de público inserido nas salas de aulas regulares, reflete diretamente na intervenção do terapeuta ocupacional junto ao professor no contexto escolar. A maioria dos artigos apontam para intervenções que envolvem recursos e/ou adaptações de Tecnologia Assistiva.

A seguir serão apresentadas as intervenções utilizadas pelos terapeutas ocupacionais que envolveram a TA. Alguns artigos lançam mão desses dispositivos sem especificar, outros trazem detalhes e exemplos mais definidos, já outros utilizam a TA juntamente com outras estratégias.

Calheiros e Mendes (2016) relatam sobre um serviço de consultoria colaborativa a distância em Tecnologia Assistiva, porém não são especificados os recursos utilizados. No artigo de Baleotti e Zafani (2017) as autoras utilizam recursos de Tecnologia Assistiva, mas, também não identificam qual (is) recurso (s) específico (s).

Pelosi e Nunes (2011) utilizam os recursos de TA em suas intervenções e, identificam os dispositivos de acordo com as demandas colhidas em questionários. Em relação à adequação postural foi utilizado: "colete de neoprene, adaptação de uma cadeira de madeira, adequação de um carrinho especial para crianças com paralisia cerebral, faixa de neoprene para manutenção da perna em flexão e assento anatômico" (PELOSI; NUNES, p. 55, 2011).

Já para a demanda da escrita utilizou-se "engrossadores de lápis e órteses para a manutenção do posicionamento do punho e dedos, caderno com pautas largas, máquinas de escrever, computador e um apontador de cabeça para permitir o acesso ao computador" (PELOSI; NUNES, p. 55, 2011).

Na demanda de comunicação oral as pesquisadoras lançaram mão de "pranchas de comunicação e um gravador utilizado como comunicador" (PELOSI; NUNES, p. 55, 2011).

Para as atividades de matemática "números imantados, ábaco adaptado, prancha de comunicação e máquina de calcular." (PELOSI; NUNES, p. 55, 2011).

Nas adaptações para a AVD de alimentação "mesa acoplada a cadeira de rodas, prato com ventosa, colher torta, engrossador para o talher e copo adaptado com tampa" (PELOSI; NUNES, p. 55, 2011).

Por fim, nas orientações das aulas complementares têm-se "atividades adaptadas de Educação Física e recursos adaptados para as atividades expressivas como o uso do apontador de cabeça adaptado com pincel." (PELOSI; NUNES, p. 55, 2011).

O estudo também mostra que as professoras buscaram criar atividades para favorecer o uso dos recursos e, treinaram o uso deles, sempre buscando a participação mais autônoma dos alunos (PELOSI; NUNES, 2011).

Já no artigo escrito por Toyoda et. al. (2007) foram confeccionados recursos de TA, que envolveram "adaptações para higiene bucal (escova de dente) e suporte para escovas da classe, confecção de adaptadores para escrita com uso de engrossadores, ou recomendação de uso de canetas com diâmetro maior e com forração emborrachado e órteses"

A intervenção também contou com algumas sugestões aos professores de atividades que se adequassem a idade da criança, novos jogos, brincadeiras e teatro com fantoches visando o estímulo do desenvolvimento global, diminuindo as dificuldades de desenvolvimento, assim como, atividades para alfabetização com materiais alternativos.

Plotegher, Emmel e Cruz (2013) também fizeram uso da Tecnologia Assistiva, porém, confeccionaram recursos de baixo custo, dentre eles: "adaptações para lápis, giz de cera, caneta e cola (normalmente engrossadores) e adaptações na tesoura. Plano inclinado e a prancha de comunicação. Em menor escala, foram feitas adaptações nos apontadores de lápis, argolas para zíper, fixadores de folhas e cadernos para mesa, janela retangular para escrita e leitura, tapete antiderrapante e alfabeto móvel." (PLOTEGHER; EMMEL; CRUZ, p. 38, 2013)

Também foram feitas orientações complementares para familiares e professores. Os professores puderam compreender melhor como lidar com as demandas em relação à escrita e atividades próximas, já que muitos desconheciam a TA (PLOTEGHER; EMMEL; CRUZ, 2013).

Uma adaptação muito citada nos estudos foram os engrossadores. Esse é um recurso que pode ser comprado pronto, ou também confeccionado com folha emborrachada e cola quente. Um dispositivo simples que auxilia nas demandas em relação a atividades que exijam coordenação motora fina como escrita, desenho e pintura. Segundo a classificação de Tonolli e Bersch, escrita em 1998, o engrossador se encontra na categoria auxílios para a vida prática e vida diária já que pode facilitar o desempenho independente de atividades (BERSCH, 2017). No contexto de uma sala de aula com grande quantidade de alunos, lançar mão desse dispositivo pode favorecer não só o desempenho do educando, mas também do professor. A partir de um recurso, em que o discente consiga executar a atividade proposta, como os demais colegas, o docente tem mais liberdade para dar sequência na aula, sem ter que necessariamente interromper o andamento do seu planejamento.

Para além disso, os recursos de TA podem evitar uma avaliação pedagógica incorreta do aluno com NE. A limitação no desempenho do discente pela falta de algum dispositivo específico, faz com que se atente e se leve em conta apenas o sujeito em si e não sua relação com o meio (BALEOTTI; ZAFANI, 2017).

A partir disso, entende-se então, como a TA é um recurso importante e, capaz de aproximar o terapeuta ocupacional do docente, de modo que haja trocas e construções coletivas para um processo educacional benéfico para o aluno com NE (BALEOTTI; ZAFANI, 2017). A consultoria colaborativa que envolve a TA, tem trazido resultados promissores e, a apropriação dos professores para utilização desses recursos (CALHEIROS; MENDES, 2016).

Em contrapartida, Pelosi e Nunes (2011) apontam alguns entraves no uso da TA, relacionados a dificuldade de aquisição dos recursos e custeio dos mesmos. A realidade desse estudo levou em conta que o município do Rio de Janeiro faz parte de um país em desenvolvimento e, não conta com políticas de inclusão que facilitem o acesso à TA. Porém, a LDB (2018) determina que os sistemas de ensino assegurem esses recursos aos alunos

com NE. Uma possível solução para algumas situações, é a confecção de recursos de baixo custo como realizado por Toyoda et. al. (2007) e Plotegher, Emmel e Cruz (2013).

A seguir, buscou-se trazer resultados de intervenções para além da TA, apesar desses recursos também comporem a atuação dos terapeutas ocupacionais dos artigos abaixo.

No estudo de Barba e Minatel (p. 605, 2013), são apontadas diversas estratégias que envolvem TA, assim como, outras atividades, orientações e vivências. Dentre elas, destacamse "Usar pistas visuais, com a criação de um varal com as atividades vividas durante o dia; reforçar e refletir sobre os pontos positivos e conquistas; Reconhecer um ônibus de perto, ou sair da escola antes do ônibus chegar, favorecendo o esquecimento da situação estressora.", dentre outras intervenções.

Assim como Barba e Minatel (2013), Folha e Monteiro (2017) no seu artigo descrevem de forma detalhada as intervenções realizadas, de acordo com cada demanda observada. Em relação a coordenação motora fina as estratégias envolveram novamente recursos de TA e outras como: "Nas atividades de escrita (caligrafia), orientação quanto à direcionalidade das letras, mantendo um ponto de partida assim como exercícios de contornos para praticar a união das mesmas; Adaptação de atividades [...] com recursos como cola colorida, lã, palitos" (FOLHA; MONTEIRO, p. 215, 2017), dentre outras.

No que diz respeito à falta de atenção e execução lenta das tarefas, as autoras apontam algumas intervenções como: "Permitir que a criança realize as atividades propostas no seu tempo, porém sempre incentivando-a a concluí-las; Deve-se recorda-lhe constantemente do que está fazendo (tarefa proposta); Adaptação e/ou graduação da atividade" (FOLHA; MONTEIRO, p. 215, 2017), dentre outras.

Por fim, para as demandas relacionadas à falta de interação, isolamento e compreensão de regras sociais foram pensadas as intervenções a seguir: "Inserção de jogos e brincadeiras (estímulo a ludicidade), sempre respeitando os limites das crianças; Atividades em grupo, trabalhando aspecto colaborativo e o desenvolvimento de regras sociais; Contação de histórias; Alternância entre o brincar livre e o brincar dirigido." (FOLHA; MONTEIRO, p. 215, 2017).

Gebrael e Martinez (2011) descrevem sobre a experiência da implementação de um programa de consultoria colaborativa chamado PRÓ-AVD, cujo objetivo era de instrumentalizar os professores, de modo que, os alunos com baixa visão pudessem ser mais independentes nas atividades de higiene e alimentação. No artigo são apontadas as estratégias desse programa: "Incentivar a interação entre a professora e seu aluno nas situações de brincadeira e AVDs; Estimular a reflexão da professora sobre suas práticas e estratégias na hora da alimentação e higiene" (GEBRAEL; MARTINEZ, p. 109, 2011), dentre outras.

Um dos artigos não apresentou as intervenções realizadas devido a pesquisa ainda estar em andamento. Santos, Marques e Rocha (2015) dividem o estudo em duas etapas: o levantamento de demandas dos professores em relação aos alunos incluídos e, um programa de intervenção utilizando a consultoria colaborativa. Porém, essa publicação diz respeito apenas a primeira etapa do projeto. Não constando, portanto, as intervenções que ainda serão elaboradas.

Sem considerar o estudo de Santos, Marques e Rocha (2015), todos os artigos destacam resultados promissores do trabalho colaborativo entre profissionais da saúde e da educação. Essa articulação favorece a cooperação e diálogo entre esses profissionais na resolução de problemas, além de promover a formação continuada em serviço. Também possibilita o empoderamento do professor, um olhar ampliado para o ambiente e, não somente visa

solucionar a demanda de um aluno específico. Por meio dessa construção coletiva, a inclusão se torna um processo mais possível, potente e menos angustiante (GEBRAEL; MARTINEZ, 2011; PELOSI; NUNES, 2011; BALEOTTI; ZAFANI, 2017; FOLHA; MONTEIRO, 2017; CALHEIROS; MENDES, 2016).

Um desafio que ainda se coloca, diz respeito ao financiamento dos serviços de consultoria colaborativa, à formação dos profissionais para atuar no contexto escolar e, realmente possibilitar que esse serviço chegue a escola (CALHEIROS; MENDES, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando todo o exposto acima, percebe-se que são múltiplas as condições de saúde e necessidades específicas que se apresentam nas escolas regulares. Isso automaticamente demanda diferentes olhares de diferentes áreas. A literatura aponta e reconhece a importância da construção coletiva de um trabalho para que a inclusão aconteça de fato.

Nota-se que os artigos revisados descrevem bons resultados da colaboração entre profissionais da saúde, em específico o terapeuta ocupacional, juntamente com professores. Uma maior compreensão e conhecimento do professor sobre como lidar com alunos com NE e, melhor participação, autonomia e independência desses alunos no contexto escolar são os resultados que os autores apresentaram nesses estudos. Para isso, diversas são as intervenções possíveis, sendo que, a tecnologia assistiva se mostra como a mais utilizada pelos terapeutas ocupacionais.

Portanto, o grande desafio que se coloca é como tornar real esse trabalho em conjunto já que, as leis asseguram os direitos ao aluno com NE de acesso e permanência nas escolas regulares. Do outro lado as pesquisas apontam que a consultoria colaborativa entre saúde e educação pode ser um caminho. Percebe-se então a necessidade de projetos que incluam o terapeuta ocupacional como um profissional necessário dentro do ambiente escolar e, investimentos para que isso se torne uma realidade concreta.

REFERÊNCIAS

BALEOTTI, L. R.; ZAFANI, M. D. Terapia ocupacional e tecnologia assistiva: reflexões sobre a experiência em consultoria colaborativa escolar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 25, n. 2, p. 409-416, 2017. Disponível em: http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1544/856. Acesso em 16 de março de 2019.

BARBA, P. C. S. D.; MINATEL, M. M. Contribuições da Terapia Ocupacional para a inclusão escolar de crianças com autismo. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 21, n. 3, p. 601-608, 2013. Disponível em:

http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/920/47

2>. Acesso em 16 de março de 2019.BERSCH, R. Introdução à tecnologia assistiva.

Assistiva: Tecnologia e Educação, Porto Alegre, 20 páginas, 2017. Disponível em: http://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf>. Acesso em 25 de maio de 2019.

BRASIL. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. 1994. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2019.

BRASIL. **LDB:** Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2018. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/544283/lei_de_diretrizes_e_bases_2ed.pdf>. Acesso em 11 de maio de 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília: **Secretaria de Educação Especial**, 2001. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/diretrizes.pdf>. Acesso em 11 de abril de 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, **de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 06 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 11 de abril de 2019.

CALHEIROS, D. S.; MENDES, E. G. Consultoria colaborativa a distância em tecnologia assistiva para professores. **Cadernos de Pesquisa**, v.46 n.162 p.1100-1123 out./dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cp/v46n162/1980-5314-cp-46-162-01100.pdf. Acesso em 16 de março de 2019.

CARDOSO, P. T.; MATSUKURA, T. S. Práticas e perspectivas da terapia ocupacional na inclusão escolar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 23, n. 1, p. 7-15, 2012. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/46905/50651. Acesso em 11 de abril de 2019.

CAVALCANTI, A.; DUTRA, F. C. M. S; ELUI, V. M. C. Estrutura da prática da Terapia Ocupacional: domínio & processo 3ª ed. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, ed. Especial, p. 1-49, 2015. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/97496>. Acesso em 11 de abril de 2019.

COFFITO. RESOLUÇÃO Nº 500, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2018 – Reconhece e disciplina a especialidade de Terapia Ocupacional no Contexto Escolar, define as áreas de atuação e as competências do terapeuta ocupacional especialista em Contexto Escolar e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 80-81, 25 de janeiro de 2019. Disponível em: https://www.coffito.gov.br/nsite/?p=10488. Acesso em 11 de maio de 2019.

FOLHA, D. R. S.C.; MONTEIRO, G. S. Terapia ocupacional na atenção primária à saúde do escolar visando a inclusão escolar de crianças com dificuldades de aprendizagem. **Revisbrato**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 202-220, 2017. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ribto/article/view/5311. Acesso em 16 de março de 2019.

GEBRAEL, T. L. R.; MARTINEZ, C. M. S. Consultoria colaborativa em terapia ocupacional para professores de crianças pré-escolares com baixa visão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v.17, n.1, p.101-120, Jan.-Abr., 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rbee/v17n1/v17n1a08.pdf. Acesso em 16 de março de 2019.

JURDI, A. P.; AMIRALIAN, M. L. T. M. A inclusão escolar de alunos com deficiência mental: uma proposta de intervenção do terapeuta ocupacional no cotidiano escolar. **Estudos de Psicologia**, v.23, n.2, p.191-202, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v23n2/v23n2a09.pdf>. Acesso em 16 de março de 2019.

PELOSI, M. B.; NUNES, L. R. D. P. A ação conjunta dos profissionais da saúde e da educação na escola inclusiva. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 22, n. 1, p. 52-59, jan./abr. 2011. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14120/15938>. Acesso em: 16 de março de 2019.

PLOTEGHER, C. B.; EMMEL, M. L. G.; CRUZ, D. M. C. Utilização de dispositivos assistivos por alunos com deficiência em escolas públicas. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 21, n. 1, p. 35-42, 2013. Disponível em: http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/728/41 2>. Acesso em 16 de marco de 2019.

ROCHA, E. F. A Terapia Ocupacional e as ações na educação: aprofundando interfaces. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.18, n. 3, p. 122-127, 2007. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/14015/15833. Acesso em 11 de abril de 2019.

ROCHA, E. F.; LUIZ, A.; ZULIAN, M. A. R. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v.14, n.2, p.72-78, 2003. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13919/15737>. Acesso em 11 de abril de 2019.

SANTOS, C. B.; MARQUES, M. L. C.; ROCHA, A. N. D. Percepção de professores sobre o trabalho colaborativo entre profissionais da saúde e educação no contexto escolar. *In*: 8° **Congresso de Extensão Universitária da UNESP**, 2015. Disponível em: . Acesso em: 16 de março de 2019.

TOYODA, C. Y.; MENDES, E. G.; LOURENÇO, G. F. AKASHI, L. T. O contexto multidisciplinar da prática da Terapia Ocupacional frente ao paradigma da inclusão escolar. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 15, n. 2, p. 121-130, 2007. Disponível em:

http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/141/98>. Acesso em 16 de março de 2019.

TREVISAN, J. G.; BARBA, P. C. S. D. Reflexões acerca da atuação do terapeuta ocupacional no processo de inclusão escolar de crianças com necessidades educacionais especiais. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, v. 20, n. 1, p. 89-94, 2012. Disponível em:

http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/552/36
6>. Acesso em 11 de abril de 2019.

